



APAGÃO EM SÃO PAULO

Silveira exime governo e dispara ataques à Aneel

Ministro de Minas e Energia diz que uma eventual intervenção do Executivo federal na concessionária paulista depende da abertura de processo pela agência reguladora, acusada por ele de omissão. CGU abre investigação contra dirigentes do órgão

» RAFAELA GONÇALVES

O governo federal se eximiu de responsabilização por ações contra a concessionária de energia Enel, que atua em São Paulo. O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, afirmou que não é possível fazer qualquer intervenção para romper o contrato da companhia sem a instalação de um inquérito pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Ele acusa a agência reguladora de omissão no caso e sustentou que o governo só poderá tomar providências em relação ao contrato se houver a abertura de um processo legal para tratar o caso. "Todo mundo perguntando se o governo não vai fazer caducidade. Alguém tem dúvida de que, se esse fosse o caminho, uma possibilidade real, se pudesse ser feito sem quebra de contrato, sem judicialização, sem aumentar o ônus para o consumidor, o ministro já não teria feito?", indagou em coletiva de imprensa ontem.

Silveira apresentou um documento enviado ao diretor-geral da agência reguladora, Sandoval Feitosa, em 1º de abril deste ano, determinando a abertura de um processo administrativo contra a empresa.

De acordo com o ministro, o ofício do MME foi enviado em decorrência do apagão que aconteceu na capital paulista em novembro do ano passado. "A Aneel é o órgão competente pela abertura de um devido processo legal para que se aplicassem todas as penalidades possíveis, inclusive, intervenção. E a Aneel se omitiu com relação à abertura desse processo", frisou.

As declarações ocorreram em meio a cobranças sobre a atuação federal no caso da concessionária de energia, que atende o estado de São Paulo. O temporal que atingiu a capital e a região metropolitana, na última

sexta-feira, deixou mais de 2 milhões de endereços sem energia — até ontem, o sistema ainda não havia sido totalmente restabelecido.

O prazo dado pelo MME à companhia termina hoje, mas a situação ainda pode se agravar. A Defesa Civil emitiu alerta com a previsão de fortes chuvas a partir de amanhã.

O incidente virou questão eleitoral e um cabo de guerra entre a prefeitura, a concessionária e a atuação do governo federal. Silveira criticou a "politicização" do tema em meio às eleições municipais e acusou o prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), de propagar fake news. Ele ressaltou que a falta de planejamento municipal e as ações da Enel "beiraram a burrice".

Conforme o ministro, o contrato da Aneel com a concessionária é "frouxo" e "descolado da realidade", eximindo a empresa de responsabilidade sobre apagões em casos de eventos climáticos severos. "O contrato, que desde que eu assumi, chamo de obsoleto e frouxo com relação à qualidade de serviço dos consumidores brasileiros, não previa esses eventos climáticos", destacou.

Segundo ele, há três alternativas para a Enel: passagem de controle, intervenção e caducidade (cassação) do contrato de concessão, mas todas dependem da abertura de um processo por meio da Aneel.

Após as declarações de Silveira, a Controladoria-Geral da União (CGU) instaurou uma investigação preliminar sumária para apurar possíveis irregularidades envolvendo dirigentes da agência. O processo correrá em caráter sigiloso, "a fim de garantir a integridade das apurações e o devido processo legal", informou o órgão.

Em nota à imprensa, na segunda-feira, a Aneel afirmou que qualquer "tentativa de intervenção ou tutela indevida"

Tauan Alencar/MME



A Aneel é o órgão competente pela abertura de um devido processo legal para que se aplicassem todas as penalidades possíveis, inclusive, intervenção. E a Aneel se omitiu com relação à abertura desse processo"

Alexandre Silveira,
ministro de Minas e Energia

por parte do governo não contribuiu para solucionar o apagão. O órgão defendeu sua autonomia e disse estar tomando "todas as medidas cabíveis" para a retomada do fornecimento de energia. "A Aneel informa que está conduzindo uma apuração rigorosa e técnica sobre a atuação da Enel SP durante este período crítico", afirmou.

Mudança de regras

Nesse caso da Aneel, Silveira tem trocado farpas com a agência desde o início do ano e já disse, em algumas oportunidades, que o órgão poderia estar "boicotando" o governo.

Após o apagão em São Paulo, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sinalizou que quer mudar as regras atuais sobre o mandato dos diretores de agências. Ontem, Silveira declarou ser favorável à ideia. Destacou que o

Executivo articula uma proposta de reestruturação, que precisa passar pelo Congresso. "Eu não acredito nesse papo de autonomia", disse.

Hoje, os mandatos nas agências têm duração de quatro anos, mas o período não é casado com o mandato presidencial. Todos os diretores da Aneel foram indicados pelo ex-presidente Jair Bolsonaro, com alguns mandatos se estendendo até 2028.

Pela lei, as agências reguladoras são independentes para desenvolver suas atividades de fiscalização, auditoria e regulação, pois possuem autonomia e não são subordinadas a outros órgãos.

Em julho e agosto, servidores das 11 agências reguladoras federais realizaram uma paralisação nacional. Os trabalhadores dizem que os órgãos estão sendo sucateados, com déficit de servidores e corte de orçamento.

Sem horário de verão este ano

O Ministério de Minas e Energia descartou a retomada do horário de verão ainda este ano. O chefe da pasta, Alexandre Silveira, explicou que, apesar da seca severa, as medidas já adotadas — como a redução da vazão em hidrelétricas — garantiram que os níveis dos reservatórios estão adequados.

A declaração foi dada logo após reunião com diretores do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). Silveira afirmou que o governo ainda vai avaliar, nos próximos meses, se é o caso de retomar a medida a partir de 2025.

"Temos a segurança energética assegurada, há o início de um processo de restabelecimento ainda muito modesto da nossa condição hídrica. Temos condições de chegar, depois do verão, em condição de avaliar, sim, a volta dessa política em 2025", disse.

Ele ressaltou que a decisão foi tomada em sinergia com o órgão e com o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE), mas ponderou que a orientação é de responsabilidade exclusiva do MME. "Essa, especificamente, não é uma medida de governo. Quem tem de responder por ela é o ministro de Estado. Só comuniquei ao presidente (Lula) hoje pela manhã, mas é uma decisão do MME e do ministro de Estado. Às vezes, há a leitura de que essa é uma decisão política, não é. É uma decisão técnica", enfatizou.

Em setembro, o ONS havia recomendado a adoção devido à estiagem. O órgão tinha estimado que a mudança poderia resultar em uma diminuição da demanda máxima de energia em até 2,9%, o que representaria uma economia de aproximadamente R\$ 400 milhões entre outubro e fevereiro. (RG)

NAS ENTRELINHAS



Por Luiz Carlos Azedo
luizazedo.df@dabr.com.br

O peso das alianças nas eleições de SP e BH

É muito cedo para concluir que estas sejam definidas as eleições em São Paulo e Belo Horizonte, as duas mais importantes capitais onde se realizam segundo turno. As pesquisas Quaest divulgadas ontem, pela TV Globo, porém, mostram que as políticas de alianças e a máquina administrativa das duas prefeituras vêm tendo peso decisivo nas disputas.

Na capital paulista, o prefeito Ricardo Nunes (MDB) confirma as simulações do primeiro turno, com 45% de intenções de votos, enquanto Guilherme Boulos (PSol) tem 33%, uma diferença de 12 pontos percentuais. Na capital mineira, o prefeito Fuad Noman (PSD) assumiu a liderança, com 46%, e ultrapassou Bruno Engler (PL), que liderava a disputa e, agora, está com 37%. São nove pontos percentuais de diferença.

Chama a atenção o caráter das alianças de cada candidato. Em São Paulo, Boulos encabeça uma frente de esquerda e busca ampliar as alianças ao centro, com certa dificuldade, embora tenha recebido apoio de Tabata Amaral (PSB)

e José Luiz Datena (PSDB). O candidato do PSol, apoiado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, mesmo com a intensa participação de sua vice na campanha, a ex-prefeita Marta Suplicy (PT), não consegue superar a imagem de radical perante uma parcela do eleitorado decisiva para o pleito.

Ao contrário, Nunes, que tem o apoio do governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) e do ex-presidente Jair Bolsonaro, conseguiu evitar que sua imagem de político tradicional, de centro-direita, fosse identificada com a extrema-direita, em grande parte devido à candidatura de Pablo Marçal (PRTB), assumidamente extremista. A pesquisa mostra que 74% dos eleitores de Marçal ficam com Nunes; Boulos, com 54% dos votos de Tabata. Um aspecto importante da disputa é a exploração do medo: 45% dos eleitores disseram que dá mais medo eleger Boulos, enquanto 32% têm esse sentimento em relação a Nunes.

Do ponto de vista das narrativas, a trajetória ideológica de Boulos, cuja

liderança teve origem no movimento dos sem-teto, tornou-se um passivo eleitoral difícil de ser administrado. Ele precisa explicar como pretende resolver o problema da moradia popular sem ocupação. Historicamente, a formação de cortiços absorvia a população mais pobre nas zonas centrais; agora, com a especulação imobiliária e a verticalização da cidade, não mais. Morar na rua é a alternativa para quem vive de "bicos" no centro de São Paulo, não apenas para mendigos e dependentes químicos. A alternativa de Boulos fora ocupar prédios abandonados, principalmente públicos.

O apagão que fez São Paulo entrar em colapso trouxe para o centro do debate eleitoral a gestão da cidade, o que deu oportunidade a Boulos de impor uma agenda capaz de deslocar o eixo da disputa da questão ideológica para a administrativa. Entretanto, os desdobramentos da crise mostraram um problema mais complexo, com envolvimento das diversas esferas de poder, amortecendo o desgaste do prefeito. Embora

não tenha nenhuma pergunta sobre o apagão, a pesquisa foi realizada entre 13 e 15 de outubro, ou seja, após o colapso da distribuição de energia, o que mostra que Nunes conseguiu gerenciar essa crise de imagem. Ainda há 20% de eleitores indecisos.

Virada à mineira

Em Belo Horizonte, segundo a pesquisa Quaest, o prefeito Fuad Noman virou a eleição do primeiro para o segundo turno e está na liderança, com 46%, enquanto Bruno Engler aparece em segundo lugar, com 37%. Há 33% de eleitores indecisos. O deslocamento dos eleitores dos demais candidatos explica essa virada mineira.

Entre os eleitores de Mauro Tramonte (Republicanos), Fuad tem 52%, e Engler, 28%; entre os de Gabriel (MDB), Fuad tem 63%, e Engler, 29%. No caso de Duda Salabert (PDT), Fuad fatura 87%, e Engler, 5%. O que explica isso? Primeiro, Fuad não fez uma administração desastrosa para Belo

Horizonte, faz uma campanha sem radicalismo e focada na gestão da cidade, até porque seu principal ativo eleitoral são as realizações administrativas; segundo, neste segundo turno, o prefeito ampliou suas alianças à esquerda, sem abandonar a ancoragem de candidato centrista, reforçada pelo apoio de Tramonte, do Republicanos, partido do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas.

Bruno Engler fez uma campanha ideológica, porém sem a agressividade de Marçal. Fundador do movimento Direita Minas, foi o deputado estadual mais votado em 2022, com uma agenda focada na segurança, na defesa da família e no combate à ideologia de gênero. Entretanto, não conseguiu ampliar suas alianças, mantendo-se como um candidato de extrema-direita, aliado de primeira hora do ex-presidente Jair Bolsonaro. A aliança de Gilberto Kassab, presidente do PSD, com o governador Tarcísio de Freitas bloqueou um eventual apoio de Tramonte ao candidato de Bolsonaro.